

DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL À FRAGMENTAÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DO SETOR LESTE DA CIDADE DE MARÍLIA – SP

OF SÓCIO-SPATIAL SEGREGATION OF URBAN FRAGMENTATION IN MÉDIUM-SIZED CITIES: THE CASE OF THE EASTERN SECTOR OF THE CITY OF MARÍLIA – SP

SEGREGACIÓN SÓCIO-ESPACIAL DE LA FRAGMENTACIÓN URBANA EM CIUDADES MEDIANAS: EL CASO DEL SECTOR ESTE DE LA CIUDAD DE MARÍLIA – SP

Júlio César Zandonadi¹
julio_zandonadi@hotmail.com

RESUMO

Assistimos, após a década de 1970, a grandes mudanças na urbanização brasileira, à dispersão e difusão da urbanização pelo território, tendo como uma das principais características a multiplicação de cidades e redefinição da centralidade no bojo da rede urbana. Neste contexto, as cidades médias ganham em importância, alterando suas relações no âmbito da rede urbana, como também com a redefinição do espaço intraurbano dessas cidades, dando origem a novas dinâmicas. Nesta conjuntura, vemos Marília (SP), cidade situada no centro-oeste paulista, que tem sua centralidade interurbana acentuada nas últimas décadas, atravessando intenso processo de reestruturação do seu espaço intraurbano. Um dos setores da cidade com modificações mais evidentes é o leste, mudanças essas que se dão no âmbito da morfologia urbana, com a multiplicação de novas formas de *habitat*: os loteamentos fechados e condomínios horizontais e, o surgimento e consolidação de novas expressões de centralidade. Esses movimentos associados apontam-nos a novas dinâmicas urbanas, as quais em momento anterior se definiam apenas pela distinção residencial, por meio deles, situações de segregação socioespacial passam a romper relações com o Centro Principal, bem como com outras esferas da cidade e sociedade, com tal rompimento se dando tanto fisicamente, como subjetivamente, o que sinaliza contextos de fragmentação urbana em cidades médias.

Palavras-Chave: Cidades Médias; Loteamentos Fechados; Condomínios Horizontais; Fragmentação Urbana; Marília – SP.

¹ Pós-Doutorando na FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP, com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – PROCESSO 2014/02386-6. Grupo de Pesquisa “Produção do Espaço e Redefinições Regionais” (GASPERR). Doutor em Geografia pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas/SP. FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP – Faculdade de Ciências e Tecnologia

ABSTRACT

Witnessed after the 1970 great changes in Brazilian urbanization, the dispersion and diffusion of urbanization throughout the territory, having as a main characteristic multiplication of cities and redefinition of the centrality in the bulge of the urban network. In this context the importance sized cities gain by changing their relationships within the urban network, as well as the redefinition of space intraurbano these cities , giving rise to new dynamics . In this context we see Marília - SP, located in the center west of São Paulo , which has a strong long distance centrality in the last decade and going through intense restructuring of its intraurbano space. One of the sectors of the city with the most obvious change is the east, these changes that occur within the urban morphology , with the proliferation of new ways of living , closed subdivisions and horizontal condominiums , and the emergence and consolidation of new expressions of centrality , that these movements , associated point in the new urban dynamics, which in earlier time were characterized only by residential distinction with this context of socio-spatial segregation , start to break relations with the central area , as well as other areas of the city and society , with such disruption is giving both physically and subjectively , which signals the contexts of urban fragmentation in medium-sized cities .

Keywords: medium-sized cities; closed allotments; horizontal condominiums; urban fragmentation; Marília – SP.

RESUMEN

Fue testigo después de los 1970 grandes cambios en la urbanización brasileña , la dispersión y la difusión de la urbanización en todo el territorio , que tienen como principal característica la multiplicación de las ciudades y la redefinición del centralidad de la red urbana . En este contexto, los ciudades medianas ganan en importancia, el cambio de las relaciones dentro de la red urbana, así como la redefinición del espacio intraurbano estas ciudades, dando lugar a una nueva dinámica. En este contexto vemos Marília (SP), que se encuentra en el centro - oeste de São Paulo, que tiene una fuerte centralidad en las últimas décadas y pasando por una intensa reestructuración de su espacio intraurbano. Uno de los sectores de la ciudad con el cambio más obvio es el este, estos cambios que ocurren dentro de la morfología urbana, con la multiplicación de nuevas formas de hábitat, huertos cerrados y condominios horizontal, y el surgimiento y consolidación de nuevas expresiones de la centralidad , que estos movimientos, punto asociado en las nuevas dinámicas urbanas, que en el tiempo anterior se caracterizaron únicamente por distinción residencial, con este contexto de segregación socio-espacial, empiezan a romper las relaciones con el zona central, así como otras áreas de la ciudad y la sociedad, con esa perturbación está dando tanto física como subjetivamente, que señala los contextos de fragmentación urbana en las ciudades medianas.

Palabras clave: ciudades medianas; huertos cerrados; condomínios horizontal; fragmentación urbana; Marília – SP.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo debater as dinâmicas urbanas e intraurbanas em cidades médias, advindas do processo de (re)estruturação da rede urbana brasileira, neste caso, especificamente a paulista. Como recorte analítico tem-se: as dinâmicas de segregação socioespacial, a multiplicação de áreas centrais e o advento da fragmentação urbana. Esses aspectos estão intimamente vinculados às características do processo de urbanização contemporâneo, marcado, sobretudo, pela expansão e intensidade da produção territorial.

Como recorte territorial, trazemos a cidade de Marília - SP, situada no centro-oeste do Estado de São Paulo e, aproximadamente 450 km da capital paulista. De acordo com o Censo IBGE – 2010, conta com população urbana de 207.737 habitantes, sendo sede da 11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, o que a caracteriza como um centro político-administrativo regional.

Os resultados apresentados neste artigo fazem parte das discussões e considerações das análises realizadas em Zandonadi (2008) e (2013), embasadas a partir de pesquisas bibliográficas sobre os recortes analíticos e territoriais, elaboração de mapeamento do uso do solo, com vistas a identificar novas expressões de centralidade, bem como a realização de trabalhos de campo e entrevistas com moradores de condomínios horizontais e loteamentos fechados situados no Setor Leste da cidade de Marília (SP), com o intuito de identificar suas práticas espaciais e as características dos empreendimentos em que residem.

Diante disso, organizamos o texto em três sessões. Na primeira, buscamos aproximar o debate das escalas urbanas, o interurbano e o intraurbano, discutindo as mudanças contemporâneas na rede urbana brasileira e paulista, as quais vinculamos a redefinição das dinâmicas intraurbanas.

Na segunda, discutimos os conceitos-chave da análise, com a intenção de compreender como as mudanças na morfologia intraurbana representam acentuações, ou mesmo alterações nas dinâmicas urbanas, passando de um contexto de segregação socioespacial para a fragmentação urbana.

Por fim, na terceira sessão, debatemos a passagem da segregação socioespacial para a fragmentação urbana apresentado-a no recorte territorial proposto, expondo a implantação de novas formas de habitar a cidade e a multiplicação de expressões de centralidade e de como acentuam dinâmicas de segregação socioespacial, levando a contextos de fragmentação urbana.

REDE URBANA BRASILEIRA E A REDEFINIÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS

Estamos diante de um novo momento da urbanização brasileira, articulado, sobretudo, às alterações e aos avanços referentes às relações capitalistas no território brasileiro. Primeiramente, é perceptível a mudança de caracterização do país, que passou de predominantemente rural à urbano num interregno de trinta anos (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil – Grau de Urbanização - 1950 – 2010

Anos	Total	Urbana	Rural	Grau de urbanização
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.992.343	32.004.817	38.987.526	45,08
1970	94.508.583	52.904.744	41.603.839	55,98
1980	121.150.573	82.013.375	39.137.198	67,70
1991	146.917.459	110.875.826	36.041.633	75,47
2000	169.590.693	137.755.550	31.835.143	81,23
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

Fonte: www.ibge.gov.br.

Org. Zandonadi, Júlio César

Após a década de 1950, é intenso o crescimento da urbanização no país, associado, principalmente ao advento do processo de industrialização. Entretanto, é após a década de 1970 que o país assume um perfil urbano, com a maioria da população residindo em cidades. Porém, tal contexto não representou a urbanização do país, visto que a concentração da população se dava em grande parte nas áreas metropolitanas, como podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2 - Brasil – Grau de Urbanização excluindo áreas metropolitanas - 1940 – 2010

Anos	Total	Urbana sem áreas metropolitanas	Grau de urbanização
1970	79.510.208	38.028.630	47,82
1980	101.021.136	62.188.255	61,55
1991	123.888.751	88.500.452	71,43
2000	144.552.795	113.387.833	78,44
2010	163.790.589	134.074.398	81,85

Fonte: www.ibge.gov.br

Org.: Zandonadi, Júlio César

Fora das áreas metropolitanas, a predominância do urbano no Brasil se deu apenas após a década de 1980, indicando que o padrão de urbanização brasileiro entre as décadas de 1950 e 1980 se definia pela concentração da população e pela formação dos espaços metropolitanos. No entanto, somente após a década de 1970, aconteceu a ampliação do fenômeno urbano pelo interior do país, com a população se caracterizando como predominantemente urbana em áreas não metropolitanas, a partir da década de 1980. Tal dinâmica sugere questionamentos sobre quais espaços urbanos se destinaram aos fluxos populacionais após a década de 1970. O Quadro 1 apresenta a quantidade de municípios por classe populacional e, traz aspectos sobre essa indagação.

Quadro 1 - Brasil - Municípios por classes de tamanho populacional - 1950 – 2010

Anos	Total	Até 20.000	20.001 a 100.000	100.001 a 500.000	500.001 a 1.000.000	Mais de 1.000.001
1950	1.887	1.791	85	8	1	2
1960	2.763	2.591	141	25	2	4
1970	3.952	3.649	245	49	4	5
1980	3.991	3.463	401	113	7	7
1991	4.491	2.975	1330	161	13	12
1996	4.974	3.453	1314	180	15	12
2000	5506	4018	1265	192	18	13
2007	5564	4004	1307	217	22	14
2010	5565	3915	1367	245	23	15

Fonte: Extraído: SOARES (1999, p. 59)

Reorganizado a partir da década de 2000 por Zandonadi, Júlio César (2013)

Podemos observar alguns elementos que possibilitam compreendermos a estruturação da rede urbana brasileira e seus movimentos de reestruturação. Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorreram os maiores níveis de crescimento de municípios entre 100.001 a mais de 1.000.000 de habitantes, sinalizando uma dinâmica de concentração e fluxos populacionais nas áreas metropolitanas. Cidades, como Aracaju, Brasília, Teresina, Goiânia, João Pessoa, São Luís, Natal, Maceió, Manaus, Curitiba e Belém, atingiram, nesse momento, populações entre 100.001 a 500.000 habitantes, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e Recife, entre 500.001 a 1.000.000 de habitantes, enquanto São Paulo e o Rio de Janeiro alcançaram patamares populacionais superiores a 1.000.001 habitantes.

A década de 1980 aponta outro panorama de estruturação da rede urbana brasileira, caracterizado pelo crescimento populacional e aumento de cidades de porte populacional entre 20.001 a 500.000 habitantes. Tal dinâmica aponta para um processo de reestruturação da rede urbana brasileira, delineado pela dispersão e difusão da urbanização pelo território. Esse, por sua vez, está centralizado em cidades de porte médio, tendo como aspecto principal, a formação de aglomerações urbanas com cidades de porte médio na função de núcleos e, a redução de funcionalidade regional de municípios de menor porte, assinalado no Quadro 1, pela redução do número de municípios com até 20.000 habitantes.

Tais mudanças quantitativas na rede urbana brasileira são acompanhadas de alterações qualitativas tanto na escala interurbana, com as cidades de porte médio exercendo e acumulando funções intermediárias, quanto no intraurbano, pelos diversos tipos de atividades econômicas que passam a buscar esses lugares para a reprodução do capital. Essas dinâmicas, associadas, resultam em mudanças no conteúdo socioeconômico dos espaços dessas cidades.

Essas transformações alteraram a configuração da rede urbana brasileira, e são claramente percebidas estado de São Paulo, que passou a ser estruturado a partir de diversas e distintas centralidades, sendo organizado hierarquicamente da seguinte maneira:

- a **metrópole paulistana** com os maiores níveis de centralidade, concentrando em maior número e diversidade as atividades e centralizando grande parcela dos fluxos populacionais e de capitais no estado. Ela é o principal difusor de dinâmicas, valores e relações urbanas;
- as **cidades médias** surgem como “novas” centralidades na estrutura da rede urbana, convergindo fluxos e condensando atividades em âmbito regional, com crescimento acentuado e constituindo aglomerações urbanas. De modo geral, tiveram grande crescimento populacional, atingindo patamares entre 50 a 1.000.000 de habitantes, constituindo centros regionais de atividades administrativas, industriais, comerciais e de serviços. Formaram lócus de dinâmicas urbanas que, em momento anterior, eram percebidas apenas em espaços metropolitanos, tais como, a multiplicação de espaços de consumo, a segregação socioespacial, a fragmentação urbana, dinâmicas de gentrificação, problemas ambientais, entre outros, ocorrendo no âmbito da atuação crescente de capitais de abrangência nacional e multinacional, em diversos setores da economia local.

DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL À FRAGMENTAÇÃO URBANA: MUDANÇAS NO ESPAÇO INTRAURBANO E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS EM CIDADES MÉDIAS

O aumento da centralidade interurbana das Cidades Médias está associado, direta e dialeticamente, à intensificação de dinâmicas no espaço intraurbano dessas cidades.

Em diversas análises, como as de Leme (1999) sobre Bauru, Marília e Presidente Prudente; Zandonadi (2005), (2008) a respeito de Marília, Lima (2007); Dal Pozzo (2011) em relação a São Carlos; Silva (2002) referente a Londrina e; Whitacker (2003) sobre São José do Rio Preto, destacam que tais cidades, a partir da década de 1970, têm intenso e acelerado processo de expansão territorial urbana, dinamizando e complexificando seus respectivos espaços intraurbanos, acentuando ou originando novas dinâmicas urbanas.

Dentre as novas dinâmicas, destacamos a integração de dois novos movimentos: o surgimento de novas expressões de centralidade e a acentuação da segregação socioespacial, dada pela implantação de loteamentos fechados e condomínios horizontais. Como exemplo, temos o caso do Setor Leste da cidade de Marília – SP, onde tais dinâmicas se intensificaram, principalmente, após a década de 1990. Diante disso, vale aprofundarmos no conceito de segregação socioespacial.

A **segregação socioespacial** é um conceito que vem sendo debatido no âmbito da comunidade geográfica desde o início do século XX. Ele aparece, primeiramente, nos debates da Escola de Chicago, durante a década de 1920, que o definia como uma concentração de tipos de população dentro de um dado território, retratado como um processo ecológico, resultado do processo de competição impessoal.

A complexificação das análises urbanas dada pelos autores da Economia Política Marxista, que buscavam o entendimento dos fenômenos mediante processos, revela as causas e repercussões da segregação. Dentre seus analistas, Castells (1983) define a segregação como:

[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p. 201).

A abordagem marxista para a compreensão da cidade resultou em diversas outras definições da segregação, as quais a vinculavam, principalmente, à Divisão Social do Trabalho, implicando na separação residencial, no espaço das cidades das diferentes classes sociais fragmentadas.

Concordamos com Souza (2003) ao destacar dois tipos principais de segregação socioespacial:

Primeiramente, ele expõe a Segregação Induzida ou Segregação Imposta, essa se reconhece quando populações de baixo poder aquisitivo são realocadas de um espaço a outro, no interior da cidade, em conformidade, com a dinâmica de especulação imobiliária e de ações do poder público. Neste caso, Souza (2003, p.

70) destaca que: “[...] as pessoas não escolhem morar aqui ou não ali, sendo forçadas a isso [...]”.

Outro tipo trata-se da Segregação Voluntária ou Auto-Segregação que, de acordo com Souza (2003, p. 70), vinculado às escolhas e às práticas espaciais dos segmentos de maior poder aquisitivo, “[...] são as pessoas que fazem a opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade”.

Carlos (2004) ressalta outro tipo de segregação socioespacial, que podemos relacionar às dinâmicas de segregação induzida ou imposta, que é a Segregação Programada, “[...] que se realiza pela intervenção do Estado através de políticas públicas orientadas pelas exigências da reprodução [...]”, ou seja, pela intervenção do Estado no espaço por meio da construção de infraestruturas, valorizando ou desvalorizando o espaço. No caso de valorizar, os promotores imobiliários se apropriam, entretanto, se desvalorizar, os custos são socializados.

Contudo, percebemos que no processo de produção do espaço urbano as dinâmicas de segregação socioespacial podem ocorrer de modo isolado ou articulado, como na implantação de Conjuntos Habitacionais pelo Estado. Ela se dá, por diversas vezes, de maneira dispersa e descontínua da malha urbana, podemos considerá-la uma forma programada de segregação, diante da participação ativa e planejada pelo Estado, mas, também, trata-se de uma dinâmica de segregação imposta, se a implantação ocorrer no âmbito de programas de desfavelamento e houver a obrigatoriedade do deslocamento de populações para essa nova área.

Em síntese, vemos que a dinâmica de segregação socioespacial diz respeito à divisão sócio-territorial do trabalho no âmbito da cidade, a qual se restringe a separação de áreas residenciais, sendo essas realizadas ou por meio de imposição, principalmente via políticas habitacionais do Estado, ou pelas escolhas de determinados segmentos sociais em habitar determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Tal dinâmica resulta em diversas consequências socioespaciais, que destacamos a seguir.

Sobarzo Miño (2000) menciona três variáveis de consequências da dinâmica de segregação, sendo elas: espaciais, de convivência social e de

distribuição do poder. Ainda que, o autor ressalte que as consequências espaciais são inerentes à dinâmica de segregação, visto que por definição tal dinâmica se manifesta no espaço.

Carlos (1992) cita que a realocização dos grupos de maior renda para áreas periféricas, por exemplo, fugindo do barulho, congestionamento e poluição, características do centro de cidades metropolitanas, mas que também podem ser observadas em cidades de outros portes. Essa tendência de abandono da área central pelos grupos de maior renda pode gerar consequências, como a degradação da área central, deixando, desse modo, de ser uma área atrativa.

No âmbito da convivência social, Beltrão Sposito (1996) afirma que a segregação leva à diminuição ou mesmo rompimento de comunicação entre as pessoas, de circulação entre os subespaços da cidade, de diálogo entre as diferenças possíveis na cidade, podendo conduzir à fragmentação urbana.

Souza (2003) observa que com menos segregação, haveria maiores chances de interação entre grupos sociais diferentes e, maior interação tende a facilitar enormemente a demolição de preconceitos, pois a convivência favorece a tolerância, já a segregação realimenta a intolerância. Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na autoestima coletiva, o que por sua vez, é um componente importante no processo de desenvolvimento urbano autêntico.

Quanto à distribuição do poder no âmbito da cidade, Sobarzo Miño (2000) afirma que as áreas que concentram populações de elevado poder aquisitivo têm mais poder político, isso por estarem incluídas no poder público diretamente, ou indiretamente via financiamento de campanhas. Desse modo, já possuem maior capacidade de influenciar as decisões públicas em seu favor, o que beneficia as áreas no que diz respeito a infraestruturas urbanas, elevando, dessa maneira, ainda mais o preço do solo e o *status* social dos bairros em que se situam, acentuando, cada vez mais, a segregação socioespacial.

As transformações no/do espaço urbano, principalmente após a década de 1970, com o advento da globalização e seus efeitos no espaço intraurbano, trouxe

à tona novos conceitos e novas formas de se compreender o urbano. Dentre eles temos a noção de fragmentação urbana.

O debate recente nos aponta para a utilização de diversos termos, acepções e adjetivações na discussão em torno da fragmentação urbana, contudo, nesta análise nos debruçamos sobre a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000), a fragmentação espacial (SALGUEIRO, 2003) e a fragmentação físico-material, social e político-territorial (JANOSCHKA e GLASZE, 2003).

Souza (2000) e Janoschka e Glasze (2003) destacam que, atualmente, o termo fragmentação se popularizou diante do processo de globalização, na busca de explicações das atuais e recentes transformações urbanas. Sendo isso uma das contradições existentes no âmbito da globalização, pois por trás dos processos atuais, que afirmam a existência de relativa homogeneização cultural, de costura econômica e “compressão espaço-temporal” têm lugar, também, os fenômenos de exclusão e acentuação da segregação socioespacial.

Entre os autores que dialogam sobre o termo “fragmentação” e a busca de sua conceituação, notam-se diversas abordagens e adjetivações, que se diferenciam, sobretudo, pelos planos analíticos evidenciados em suas abordagens.

Souza (2000) adota o termo “fragmentação sociopolítica-espacial”, tendo em primeiro plano a dimensão do poder. Segundo o autor, estamos diante de uma fragmentação territorial, este tipo de fragmentação não diz respeito às fronteiras estatais, mas sim ao surgimento de poderes paralelos ao Estado, que territorializam ostensivamente numerosos pontos do espaço intraurbano, desafiando o controle estatal. Souza (2000) exemplifica, mencionando o caso de favelas e/ou loteamentos nas periferias pobres das cidades, muitas vezes dominadas por grupos de traficantes que impõem regras de convivência a outros moradores e aos estabelecimentos comerciais e sociais ali localizados. Também nota-se em espaços elitizados, como *shopping centers* e condomínios/loteamentos fechados, ambos regidos por regras de convivência e conduta para seus moradores e consumidores.

Janoschka e Glasze (2003) veem a fragmentação como consequência da difusão dos parcelamentos de solos fechados, os loteamentos fechados e condomínios horizontais, os quais remetem a três níveis analíticos distintos, mas por vezes, complementares de fragmentação.

Primeiramente, a “fragmentação física-material” que consiste na desintegração espacial do corpo urbano construído em unidades independentes, como exemplo, temos as construções de áreas com acesso restrito em partes do espaço intraurbano (JANOSCHKA E GLASZE, 2003).

Um segundo nível é o da “fragmentação social”, vista como consequência da fragmentação física-material, que implica na supressão de espaços públicos e uma organização da vida orientada “para dentro” e evitando o contato direto com as pessoas que se distinguem de seu estilo de vida (JANOSCHKA E GLASZE, 2003).

O último nível analítico da fragmentação, proposto por Janoschka e Glasze (2003), refere-se à “fragmentação político-territorial”. Diante da extensão das “urbanizações fechadas”², os serviços comunitários e meios de transportes são modificados. As conexões do transporte público tendem a realizar grandes desvios para conectar pontos mais antigos que as urbanizações fechadas. Em outro caso, assemelhando-se ao tipo de fragmentação proposto por Souza (2000), as autoras destacam a substituição da administração pública, com a gestão interna dos serviços coletivos, regras de convivência, regras arquitetônicas e urbanísticas aos moradores.

Em síntese, tais abordagens vão ao encontro com que Salgueiro (1998) afirma, ao expor a fragmentação como uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura espacial que os cerca, entretanto, trazem maior detalhamento com as múltiplas possibilidades analíticas de se identificar a dinâmica de fragmentação urbana, as quais podem, por vezes, estar vinculadas e associadas, ou aparecerem de modo isolado. Vemos que nas diversas abordagens temos a fragmentação como um

² Os autores mencionam o caso da cidade de Buenos Aires (ARG).

ZANDONADI, J. C. Da segregação socioespacial à fragmentação urbana em cidades médias: O caso do setor leste da cidade de Marília - SP. Revista GeoUECE - Programa de Pós-GRaduação em Geografia da UECE. Fortaleza/CE, v. 3, n° 4, p. 110-134, jan/jun. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

processo recente de transformações espaciais e definida como rompimento, não-continuidade espacial, social, política e/ou cultural.

Por fim, Beltrão Sposito³ propõe novo plano analítico, explicado que a fragmentação também pode ocorrer em territórios contínuos, sem rompimento físico, definindo-a como “fragmentação funcional”, ou seja, de usos da cidade, dada pela negação ou impossibilidade de uso dos espaços públicos da cidade e dos diversos espaços da cidade.

Ao apresentarmos acepções sobre os conceitos de segregação e fragmentação, nota-se que há diferenças entre as abordagens do que seja a segregação e a fragmentação urbana.

Primeiramente, vemos que a segregação se trata de um termo com debate mais intenso, o que torna o conceito mais bem estruturado do que o de fragmentação, sendo que, o debate sobre a segregação perpassa diversas abordagens, desde a Escola de Chicago, passando pela Economia Política Marxista, até análises contemporâneas. Enquanto a noção de fragmentação é recente e vem sendo estruturada, atualmente, em termos conceituais, no período em que as representações espaciais da globalização ficam mais evidentes.

Salgueiro (1998) destaca que a diferenciação entre a segregação e a fragmentação é temporal, afirmando que a segregação diz respeito à diferenciação na cidade industrial, enquanto a fragmentação refere-se à diferenciação na cidade pós-industrial, sendo a fragmentação a expressão da acentuação da segregação. Essa assertiva é criticada por Sobarzo Miño (2000), o autor reconhece o advento de quadros de fragmentação urbana com a cidade pós-industrial, entretanto nega que tenham desaparecido situações de segregação, as quais podem ser vistas na escala micro do cotidiano das práticas espaciais.

Concordamos com Sobarzo Miño (2000), contudo, vemos que estamos diante de novas formas de produção do espaço urbano, as quais originam uma “nova” cidade, a cidade dispersa. Essa, além de mudanças no tecido urbano, traz

³ Nota de aula 25/09/2006.

alterações no conteúdo socioespacial da cidade, pois mais que as descontinuidades físicas, temos de modo combinado, novas práticas socioespaciais, que acentuam os quadros de diferenciação socioespacial nas cidades.

A fragmentação urbana trata-se de uma dinâmica associada às novas formas de produzir o espaço urbano, dado de modo intensivo e extensivo, produzindo descontinuidades físicas, barreiras socioespaciais, ao mesmo tempo, promovendo a difusão de atividades econômicas segmentadas pelos subespaços da cidade. Observamos que a segregação socioespacial, antes marcada pela diferenciação socioespacial da distribuição do uso residencial pela cidade, acentua-se com a existência de barreiras, legislações e espaços de consumo diferenciados, constituindo quadros de fragmentação urbana, com o rompimento de relações entre as distintas classes sociais no âmbito da cidade.

O SETOR LESTE DE MARÍLIA (SP), AS NOVAS FORMAS DE *HABITAT*, NOVAS CENTRALIDADES E OS CAMINHOS PARA A FRAGMENTAÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS

Em Marília - SP, percebem-se grandes mudanças no tecido urbano a partir da década de 1970, caracterizadas, a partir desse momento, pela extensão e descontinuidade, com a produção do espaço urbano realizada, cada vez mais, de forma extensiva e dispersa.

De modo geral, podemos subdividir a expansão territorial de Marília -SP em três momentos distintos: inicialmente, entre 1926 a 1960, com a chegada da ferrovia e implantação dos primeiros Patrimônios, o fato de ser “ponta de trilho” até a década de 1940, a cultura do café e, posteriormente, do algodão, trouxe grandes contingentes populacionais, o que estimulou o crescimento territorial ao longo da linha férrea. Nesse momento, a expansão territorial se dava em patamares próximos ao crescimento populacional e baseado, sobretudo, na transformação de áreas rurais em áreas urbanas, tendo a malha urbana marcada pela continuidade e concentração, visto que as áreas próximas a estação ferroviária se constituía como único espaço voltado à comercialização e ao consumo de bens e serviços.

A partir da década de 1960, houve um declínio do crescimento territorial da cidade, retomado entre meados da mesma década e a de 1970, quando a expansão territorial da cidade começou a se efetuar em níveis superiores ao do crescimento populacional, etapa essa que, a descontinuidade territorial passa a ser tendência na produção do espaço urbano de Marília - SP. Os loteamentos, implantados em descontínuo a malha urbana já constituída, tinham características “populares”. Eles eram destinados aos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, com lotes de pequenas dimensões e diversas unidades habitacionais, separando os espaços de residência dos diversos segmentos socioeconômicos habitantes da cidade, com o centro destinado aos de maior poder aquisitivo e as periferias em descontínuo aos de menor poder aquisitivo, originando e/ou acentuando a segregação socioespacial.

Na década de 1990, temos um novo momento de grande expansão, quando se inicia o processo de implantação de espaços residenciais destinados a segmentos de maior poder aquisitivo em descontínuo ou na periferia da malha urbana constituída. Dentre esses espaços residenciais, inúmeros surgem como “novas” formas de moradia, implantados como loteamentos fechados ou condomínios horizontais, sendo que o primeiro empreendimento na cidade surge em 1993, atingindo em 25 empreendimentos em 2008 (DAL POZZO, 2011). Desse modo, temos, nos anos de 1990, a intensificação do processo de segregação socioespacial com a separação residencial dos segmentos socioeconômicos por setores da cidade, bem como o surgimento de áreas fragmentadas fisicamente do tecido urbano constituído pela promoção das rupturas dadas pelos muros desses novos empreendimentos imobiliários.

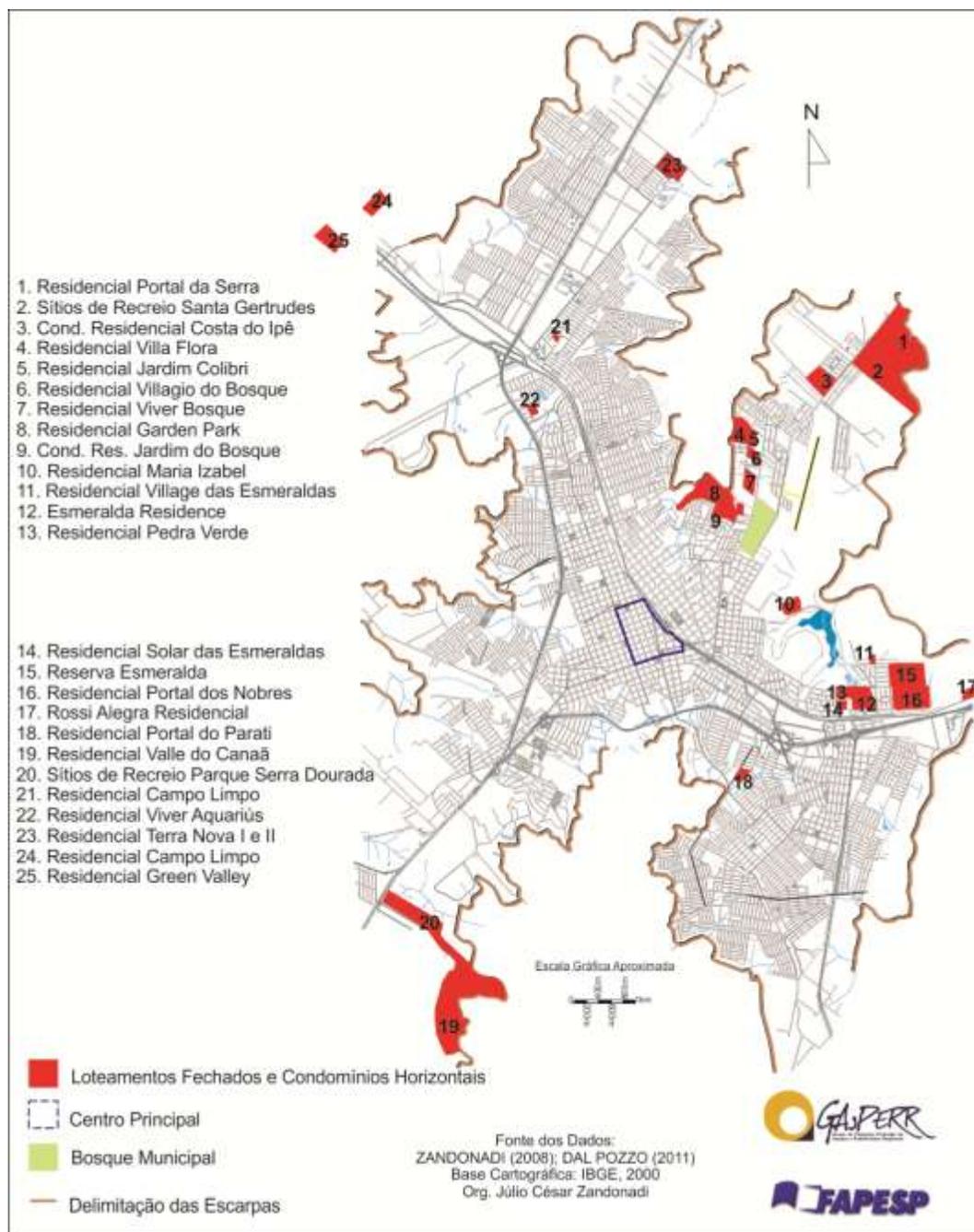
Nessa ocasião, há também intensas mudanças na morfologia intraurbana, com a multiplicação e diversificação de expressões de centralidade, que associamos à intensa expansão territorial da cidade, assim como à acentuação da segregação socioespacial, o que estimulou e/ou viabilizou o surgimento de expressões de centralidades em áreas afastadas do Centro Histórico, como, também, em áreas com homogeneidade socioeconômica de seus moradores. Em Zandonadi (2013), observamos a constituição de dez “novas” expressões de

centralidade, entre eixos especializados, subcentros e *shoppings centers*, além do Centro Histórico e sua expansão.

O Setor Leste da cidade é um dos setores em que tal reestruturação se dá de forma intensa e evidenciada.

Tendo seus primeiros loteamentos implantados na década de 1950, período em que a cidade matinha um tecido urbano contínuo e uma estrutura centro-periférica. Tais loteamentos eram habitados originalmente por segmentos de baixo poder aquisitivo, como no caso da Vila Altaneira (1954), Bosque (1950) e Jardim Maria Izabel (1954).

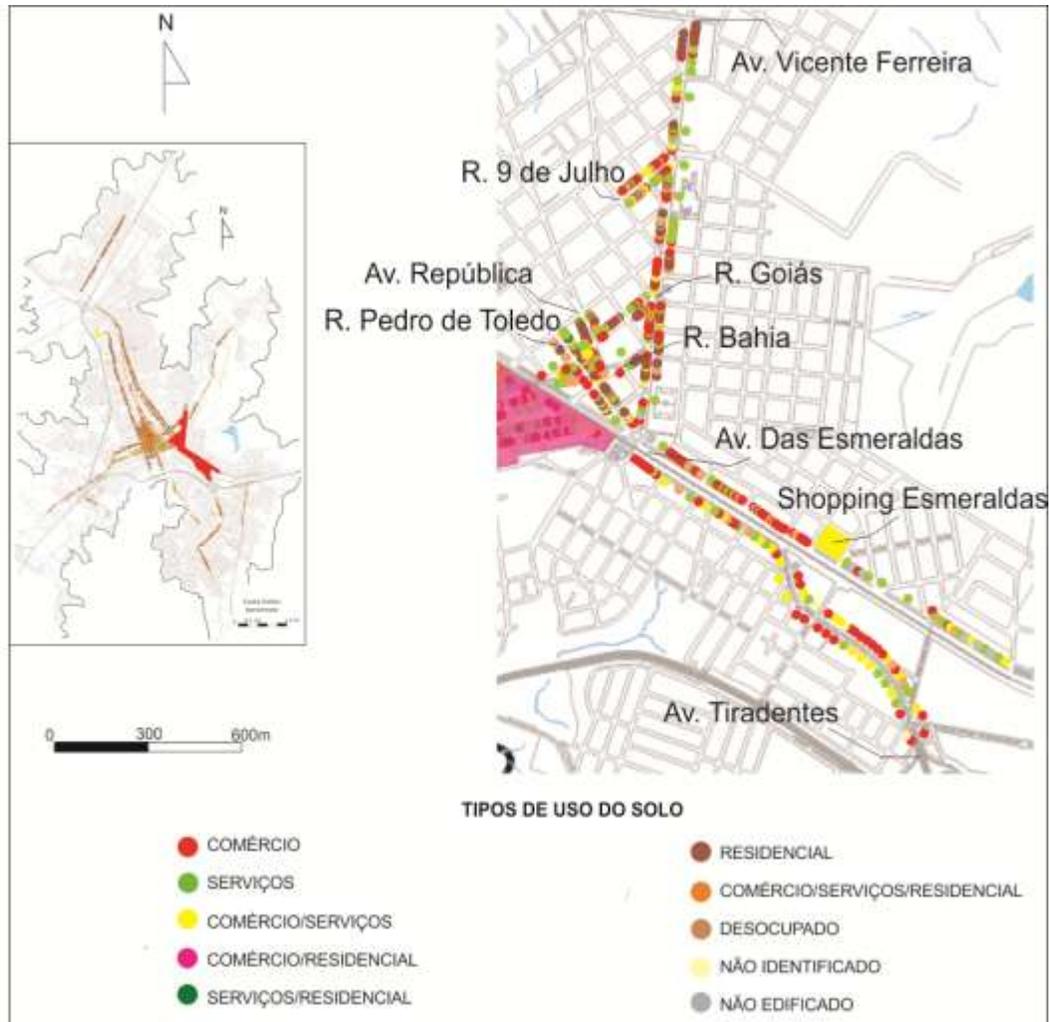
Contudo, os movimentos de estruturação e reestruturação da cidade alteraram os conteúdos do setor, como no caso do Jardim Maria Izabel, a partir de iniciativas de capitais imobiliários, juntamente com ações promovidas pelo Poder Público Municipal, com a implantação de “novos” loteamentos, como o Maria Izabel II (1973), Maria Izabel III (1976), Jardim Tangará (1976) e Jardim Tropical (1976), com infraestrutura já instalada e lotes maiores. Dessa forma, inicia-se o processo de “elitização” do setor, o qual se consolidou na década de 1990, com a instalação dos primeiros loteamentos fechados e condomínios horizontais da cidade nesse setor, que totalizam, atualmente, 25 empreendimentos na cidade, sendo 16 situados no Setor Leste (Mapa 1).



Mapa 1 – Localização de Loteamentos Fechados e Condomínios Horizontais em Marília/SP – 2013

A expansão territorial urbana, o distanciamento da área central, a multiplicação de loteamentos, bem como a segmentação desses intensificaram o surgimento de espaços de consumo de bens e serviços, concentrados, principalmente, em duas principais avenidas do setor, na Avenida Vicente Ferreira

e Avenida das Esmeraldas, que na década de 2000 se consolidaram como expressões de centralidade relevantes no contexto da cidade e da região (Mapa 2).



Mapa 2 - Uso do solo urbano no subcentro leste – Marília – SP 2012 – 2013

Fonte: Extraído de Zandonadi (2013, p. 191 – Volume II).

Em Zandonadi (2008), vimos que os primeiros estabelecimentos comerciais e de serviços surgem nos fins da década de 1980 e início da década de 1990, atualmente, principalmente as duas avenidas destacadas anteriormente têm predomínio de atividades comerciais e de serviços no uso do solo, com a presença de atividades econômicas que reproduzem em menor proporção a área central tradicional, tal como agências bancárias (5), instituições de ensino (13), clínicas médicas (14), restaurantes (20), lotéricas (3), agência dos correios (1), ZANDONADI, J. C. Da segregação socioespacial à fragmentação urbana em cidades médias: O caso do setor leste da cidade de Marília - SP. Revista GeoUECE - Programa de Pós-GRaduação em Geografia da UECE. Fortaleza/CE, v. 3, n° 4, p. 110-134, jan/jun. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

entre outros. Essas atividades diminuem as possibilidades de deslocamentos à área central tradicional (ZANDONADI, 2013).

Associamos as dinâmicas de expansão territorial urbana, à acentuação da segregação socioespacial, à implantação de loteamentos fechados e condomínios horizontais e ao surgimento de novas expressões de centralidade com alterações nas práticas espaciais dos cidadãos, contextualizando a fragmentação urbana em cidades médias, ou seja, as “[...] as transformações do espaço urbano refletem diretamente no uso do espaço e do tempo nas cidades, bem como no modo de se perceber a cidade, e conseqüentemente, de se efetuarem as práticas socioespaciais de seus moradores” (ZANDONADI, 2008, p. 152).

Primeiramente, e de modo evidente, visualizamos a **fragmentação física-material**, dada pela implantação de loteamentos fechados e condomínios horizontais, os quais são as expressões mais recentes da criação de “fronteiras” e barreiras físicas no espaço das cidades. Essas barreiras são estabelecidas, sobretudo, para controle da circulação, desintegrando espacialmente a cidade por meio da constituição de unidades independentes, tendo por base o acesso restrito para determinadas pessoas. A fragmentação física-material desses espaços pode ser identificada por meio das portarias, muros e grades que simbolizam a proteção, separação e distinção dos que estão dentro do muro, os que podem entrar e os que estão de fora (ZANDONADI, 2008).

Além das barreiras físicas, tais empreendimentos utilizam barreiras subjetivas e ostensivas como forma de proteção da cidade “fora dos muros”, o que Janoschka e Glasze (2003, p. 16) afirmam acentuar a tendência à fragmentação física-material. No quadro a seguir, podemos observar alguns exemplos de “barreiras” de alguns empreendimentos residenciais fechados situados no Setor Leste de Marília – SP.

Quadro 2 – Medidas de Proteção em loteamentos fechados e condomínios horizontais do setor leste de Marília – SP.

Empreendimento	Medidas de Proteção
Condomínio Residencial Pedra Verde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ portaria; cerca elétrica nos muros que cercam o empreendimento; empresa terceirizada de segurança; sistemas de câmeras nos muros.
Esmeralda Residence	<ul style="list-style-type: none"> ▪ portaria; cerca elétrica nos muros que cercam o empreendimento; ronda noturna em todas as vias; ronda externa ao empreendimento; sistema de câmeras registrando as pessoas que entram e saem; separação de portaria de acesso entre moradores e visitantes.

Fonte: Extraído de Zandonadi (2008, p. 179) – reorganizado por Zandonadi (2014);

Fonte dos dados: entrevistas com moradores e trabalho de campo – 2007 – 2008.

Contudo, as novas dinâmicas urbanas geradas pela implantação e pela escolha de loteamentos fechados e condomínios horizontais como forma de habitar a cidade vão além da fragmentação física-material, com a fragmentação se estabelecendo também na dimensão política. Souza (2000) define esse processo como fragmentação sociopolítica-espacial, percebida pela substituição da administração pública em diversos aspectos, seja na gestão de serviços coletivos e/ou de regras de convivência, entre outras regras, dando origem a poderes paralelos ao Estado, territorializando-se ofensivamente em parcelas do espaço intraurbano, sendo essa prática legitimada pelo próprio Estado, que a aprova. No Quadro 3, vemos alguns exemplos de regras, regimentos e serviços oferecidos pelos empreendimentos residenciais fechados que os diferenciam da “cidade aberta”.

A constituição de enclaves (CALDEIRA, 2000) nas cidades, além da fragmentação física, dá-se pela normatização de regras de convivência dissociadas das estabelecidas pela administração pública, sendo a instância, que delibera e fiscaliza as práticas de convivência nesses espaços, formada por associação de moradores ou administradoras dos condomínios e, não o poder público instituído pela sociedade.

Outro indicativo da fragmentação sociopolítica-espacial são os serviços prestados nos empreendimentos, desobrigando a administração pública quanto à

prestação de serviços coletivos, acentuando a distinção e separação espacial entre o empreendimento e a cidade.

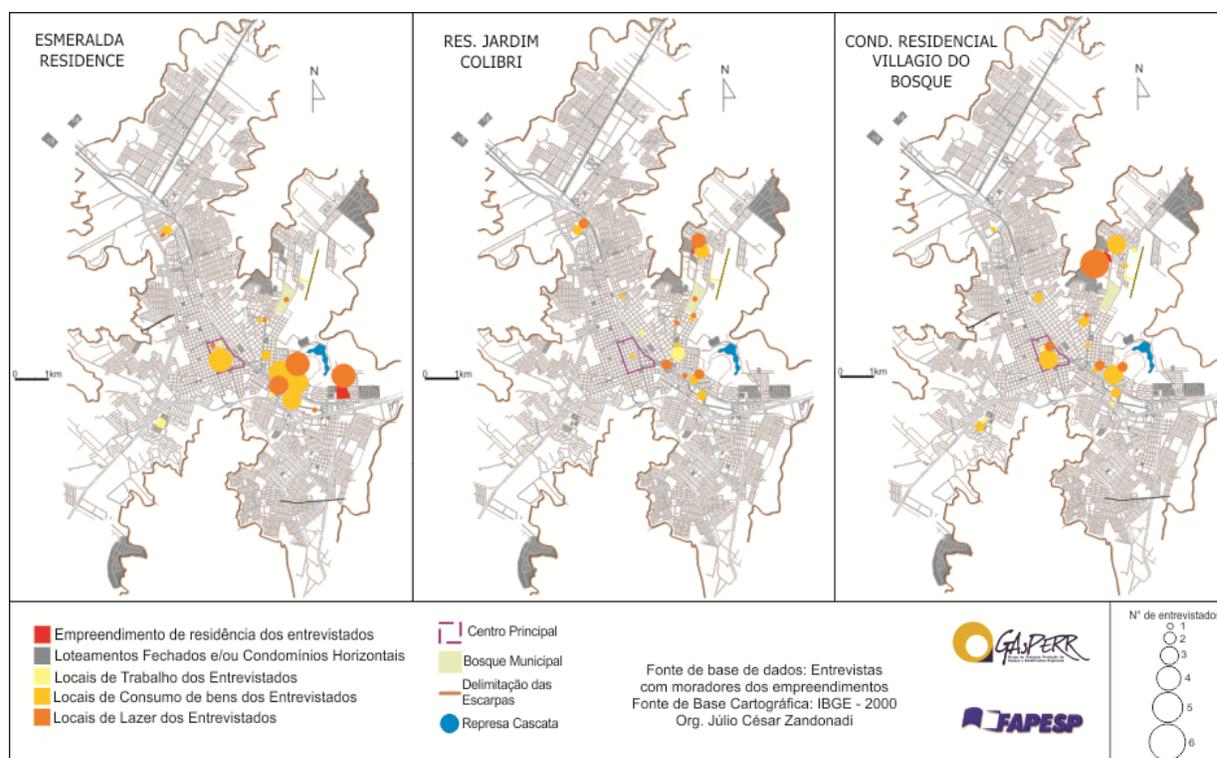
Quadro 3 – Regimento, Regras e Serviços oferecidos por condomínios horizontais e loteamentos fechados situados no Setor Leste da cidade de Marília – SP

Empreendimentos	Regras de Convivência, entre outras	Serviços oferecidos
Esmeralda Residence	- velocidade máxima nas vias de 30 km/h; Animais domésticos não podem circular soltos nas vias e áreas comuns; proibido utilizar áreas comuns e de lazer após as 22 hs; “lei do silêncio” após as 22 hs. As obras tem que ter a planta aprovada pelo condomínio, com acompanhamento e fiscalização.	- Segurança; Coleta de lixo; limpeza de terrenos e áreas comuns.
Condomínio Residencial Garden Park	- velocidade máxima nas vias de 20 km/h; não é permitido animais de grande porte; restrição as raças de cães de grande porte; “lei do silêncio” após as 22 hs; limite de altura das edificações; limite de altura dos muros das residências e; projeto de edificação tem que ser aprovado e fiscalizado pelo condomínio.	- jardinagem; limpeza das vias e áreas comuns; limpeza de lotes não edificados e segurança.
Condomínio Residencial Village Esmeralda	- obrigatoriedade de seguro residencial; possuir no máximo 3 carros por residência; identificação nos carros dos moradores; proibido animais de grande porte; “lei do silencio” após as 22 hs.	- segurança; jardinagem; limpeza das áreas comuns.

Fonte: Extraído de Zandonadi (2008, p. 183)

Fonte dos dados: entrevistas com moradores dos empreendimentos entre os anos de 2007 e 2008

Como observamos anteriormente, os movimentos de (re)estruturação das cidades refletem e são apreendidas na vida cotidiana dos cidadãos, como afirma Carlos (2004), expressando-se diretamente na relação espaço-tempo dos indivíduos com a cidade. É o que verificamos a partir da expansão territorial urbana da cidade de Marília, a implantação de empreendimentos residenciais fechados e a multiplicação de áreas centrais, principalmente no Setor Leste, como podemos exemplificar nos mapas a seguir. Eles detalham percursos cotidianos de moradores de condomínios horizontais e loteamentos fechados do setor leste da cidade de Marília (Mapa 4).



Mapa 4 – Práticas espaciais de moradores de empreendimentos residenciais fechados do Setor Leste da cidade de Marília – SP – 2008.

Nos mapas, averiguamos os percursos cotidianos para trabalho, consumo e lazer de moradores de três empreendimentos residenciais fechados situados no Setor Leste de Marília – SP. Tais construções, de modo geral, aponta-nos a tendência de concentração dessas atividades, principalmente as voltadas ao consumo e lazer no Setor Leste, sinalizando que as mudanças na morfologia urbana e dinâmicas urbanas não se restringem à fragmentação física-material e sociopolítica-espacial, mas também a um rompimento das práticas espaciais com a cidade como totalidade, o que chamamos de fragmentação funcional, tendo em vista que tal rompimento se dá em determinadas funcionalidades, tais como, o consumo e lazer ou trabalho, elas acontecem de maneira isolada ou associadas a outras funções.

Diante do contexto de mudanças intraurbanas, lembrando que elas são vinculadas a mudanças na escala interurbana, concordamos com Salgueiro (1998), ao afirmar que a fragmentação é uma dinâmica típica do período atual. A autora a chama de “pós-industrial”, ao definir a cidade como “cidade pós-

industrial". Porém, concordamos com Sobarzo (2000), quando assevera que a dinâmica de fragmentação é atual e real, no entanto, não elimina a cidade segregada, pois a cidade, cada vez mais, é marcada pela diferenciação socioespacial, e as mudanças na morfologia urbana só vêm reforçar tal diferenciação (ZANDONADI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou debater algumas dinâmicas contemporâneas da urbanização brasileira, enfatizando as transformações nas cidades médias, visto que esses espaços urbanos veem acentuando seus níveis de centralidade na rede urbana e dialeticamente alterando seus respectivos espaços intraurbanos.

O texto também remonta ao recorte analítico do conceito de segregação socioespacial e busca contribuir à noção de fragmentação urbana, visto que é um dos processos recentes na dinâmica urbana das cidades médias. Partindo desse princípio, procuramos demonstrar que as alterações na morfologia urbana das cidades médias, com a introdução de novas formas de habitar a cidade, bem como a multiplicação de expressões de centralidade acentuam um contexto de segregação socioespacial, vista como divisão sócio-residencial, gerando clivagens no espaço urbano, dando origem a contextos de fragmentação urbana, tanto física, como sociopolítica-territorial, além de alterar as práticas espaciais dos cidadãos, as quais se limitam e se reduzem a subespaços da cidade, limitando a compreensão da totalidade da cidade, bem como a diversidade social, econômica e territorial englobada nesse espaço.

Isso pode ser identificado no Setor Leste da cidade de Marília, setor em que a multiplicação de empreendimentos residenciais fechados e expressões de centralidade acentuaram um contexto de segregação socioespacial, gerando a fragmentação urbana em suas múltiplas formas, a física-material, a sociopolítica-territorial e a fragmentação funcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO SPOSITO, M.E. Reflexões sobre a natureza da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, n. 4, set-dez, 1996.
- CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARLOS, A.F.A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DAL POZZO, C.F. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta: Fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- JANOSCHKA, M.; GLASZE, G. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. In: **Ciudades 59**, Red Nacional de Investigación urbana, julio-setiembre, Puebla-México, 2003.
- LEME, R.C. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente (1975-1996)**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, R.P. **O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977)**. São Carlos: USP, 2007 (Dissertação de mestrado).
- SALGUEIRO, T.B. Cidade Pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan-jun., 1998.
- _____. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2003.
- SILVA, W.R.da. **Descentralização e redefinição da centralidade em e de Londrina**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado).
- SOARES, B.R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, n. 06. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 1999.
- SOBARZO MIÑO, O.A. A segregação socioespacial urbana. **Formação**. Presidente Prudente, n. 7, 2000.
- SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- WHITACKER, A.M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2003 (Tese de doutorado).
- ZANDONADI, J.C. **A expansão territorial urbana na cidade de Marília – SP e os loteamentos fechados**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005 (Monografia de Bacharelado).

_____. **Novas centralidades e novos habitats:** caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005 (Dissertação de Mestrado).

_____. **Cidades Médias e Cidades de Porte Médio:** Distinção a partir de situações geográficas interurbanas e dinâmicas da centralidade intraurbana – Uma análise comparativa de Taboão da Serra (SP), São Carlos (SP) e Marília (SP). Campinas: IG/UNICAMP, 2013 (Tese de Doutorado).